

A reforma hoplítica e o desenvolvimento da cidadania na Grécia Arcaica (VIII-VI a.C.)

(The Hoplitic reform and the citizenship development in the Archaic Greece)

Diogo Pereira da Silva

Universidade Federal de Rio de Janeiro (Brasil)

Universidade Salgado de Oliveira (Brasil)

profdiogo.psilva@gmail.com

Recibido: 11/01/2012

Arbitrado: 10/02/2012

Aceptado: 17/02/2012

RESUMO

Neste artigo temos por objetivo estudar as transformações políticas e militares que se processaram na Grécia Arcaica (séc. VIII-VI a.C.), que levaram à formação do modelo de organização social e política conhecido como pólis. Nossa análise se centrará na relação entre a reforma hoplítica e o desenvolvimento da cidadania na Grécia Arcaica, buscando observar como as modificações na arte da guerra estiveram relacionadas ao advento de uma noção de cidadania durante a Época Arcaica (séculos VIII-VI a.C.).

PALAVRAS-CHAVE: Grécia Arcaica, falange, pólis, cidadania, democracia.

ABSTRACT

In this article, we aimed to analyze the political and military changes that took place in Archaic Greece (VIII-VI century B.C), which led to the formation of the model of social and political organization known as the polis. Our analysis will focus on the relationship between the hoplite reform and development of citizenship, trying to observe how the changes in warfare were related to the advent of a notion of citizenship during the Archaic Period in Greece.

KEYWORDS: Archaic Greece, phalanx, polis, citizenship, democracy.

I

Neste artigo temos por objetivo discutir as transformações políticas que se processaram na Grécia Arcaica (séc. VIII-VI a.C.), e que levaram à formação do modelo de organização social e política conhecido como *pólis*. De forma circunscrita, nossa análise se centra na relação entre a reforma hoplítica e o desenvolvimento da cidadania na Grécia Arcaica.

Neste sentido, organizamos o presente texto da seguinte forma: em primeiro lugar, analisamos as diferenças entre o modelo de guerra homérico e o modelo de guerra “pós-reforma hoplítica”; em seguida, fazemos uma discussão historiográfica sobre o tema da “reforma hoplítica”; e, por fim, estabelecemos a relação entre cidadania e hoplitia que se configurou no final da época Arcaica.

II

Entre os séculos VIII e VII a.C., verificamos uma transformação da tática militar na Grécia, a qual se configurou como um modelo de combate oposto ao da guerra aristocrática até então dominante nesta região. Doravante, os exércitos deixaram de se basear na cavalaria (*hippeis*), e passaram a se apoiar no hoplita – soldado de infantaria equipado com uma panóplia específica, *hoplon*, (armadura, grevas ou cnêmides, escudo, elmo, lança) –, o qual atuava em grupos de combatentes dispostos de tal forma que o escudo de um protegia a metade do lado esquerdo de seu companheiro, e as lanças das cinco primeiras filas projetavam-se para frente¹.

Neste tipo de embate, o combatente não dependia apenas de suas capacidades pessoais como guerreiro – tal qual no Período Homérico –, mas principalmente de seus companheiros, a ação deixava de ser individual e tomava uma dimensão coletiva, sendo mais importante “manter o seu lugar na fileira, lançar-se a um só tempo sobre o inimigo, combater escudo contra escudo, executar todas as manobras como um só homem”².

No período homérico, o herói era o bom condutor de carros de guerra, o *hippeus*, que buscava para si as façanhas individuais, as proezas do combate singular. Passagens presentes na *Iliada* de Homero – como os combates entre Aquiles e Heitor, Páris e Menelau, Glauco e Diomedes, entre outros – nos levam a afirmar que as batalhas se configuravam a nível individual, através de vários duelos que se desenvolviam durante os embates, nos quais os *prómachoi* se enfrentavam.

Neste modelo de combate, o guerreiro imbuído pela *lyssa* – o furor guerreiro –, e inspirado pelo ardor de alguma divindade, encontrava-se numa espécie de êxtase que o permitia executar ações incríveis, o que leva Jean-Pierre Vernant a concluir que “o valor militar se afirmava sob a forma de uma *aristeia*, de uma superioridade pessoal”³.

¹ J.R. Ferreira, *A Grécia Antiga*, Lisboa: Edições 70, 2004, pp. 51.

² M. Detienne, “La phalange, problèmes et controverses”, in J.P. Vernant (Ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce Ancienne*, Paris: Éditions EHESS, 1985, p. 121.

³ J.P. Vernant, *As origens do pensamento grego*, Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p. 67.

Por outro lado, no modelo de combate dos hoplitas, não há espaço para as façanhas individuais, a falange hoplítica é o lugar da *sophrosyne*, do domínio completo de si, da disciplina, que leva os combatentes a lutarem como um só corpo.

Um exemplo drástico deste novo regime de pensamento foi apresentado por Heródoto em sua narrativa sobre a Batalha de Platéia. Nela, Heródoto menciona a história de Aristodamo, um dos "Trezentos de Esparta" que voltou à sua *pólis* sem ser ferido. Em Platéia, ele lutou bravamente, uma vez que buscava se livrar da vergonha de não ter morrido nas Termópilas; entretanto, a despeito de seus grandes feitos em combate, os espartanos não lhe concederam as honras fúnebres devidas aos melhores, recusando-lhe a *aristeia*, uma vez que lutou imbuído pela *lyssa* e tinha abandonado sua linha de combate⁴. Neste novo regime de pensamento, o furor guerreiro se torna opróbrio, e a virtude do domínio de si, é que torna o guerreiro digno da imortalidade.

Entretanto, esta "reforma" na arte da guerra não ocorreu repentinamente, um regime não substitui outro, eles concorrem até que haja tal modificação. Uma das formas pelas quais podemos analisar as condições que permitiram o aparecimento deste novo sistema de combate – a falange de hoplitas – é através da análise de documentos de cultura material – por exemplo, a *ólpe* de Chigi.

A *ólpe* de Chigi é um grande vaso coríntio de meados do século VII a.C., que foi encontrado próximo à antiga cidade etrusca de Veios, na região da Toscana, Itália. Seu estilo é protocoríntio, e foi datado por volta de 640 a.C., sendo um vaso de figura negra com 26 cm de altura, no qual já aparece a policromia em tons de castanho e de vermelho escuro⁵.

Segundo Rasmussen⁶, a *ólpe* de Chigi é um dos poucos trabalhos protocoríntios nos quais a figura humana é dominante. Este vaso, ricamente decorado, apresenta logo abaixo do gargalo – no friso superior –, uma cena na qual dois grupos de hoplitas se confrontam, ao som de um *auleta* – um tocador de dupla flauta.

⁴ Heródoto, *Histórias*, IX 71. J.P. Vernant, *Op. cit.*, p. 68.

⁵ A.C. Lima, "Contatos entre coríntios e etruscos: uma leitura da 'Ólpe de Chigi'". *Phoënix* 7 (2001), 49-59.

⁶ T. Rasmussen, "Corinth and Orientalising Phenomenon", in T. Rasmussen, N. Spivey (Org.), *Looking at Greek Vases*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 58-9. A.C. Lima, *Op. cit.* 2001, p. 50.

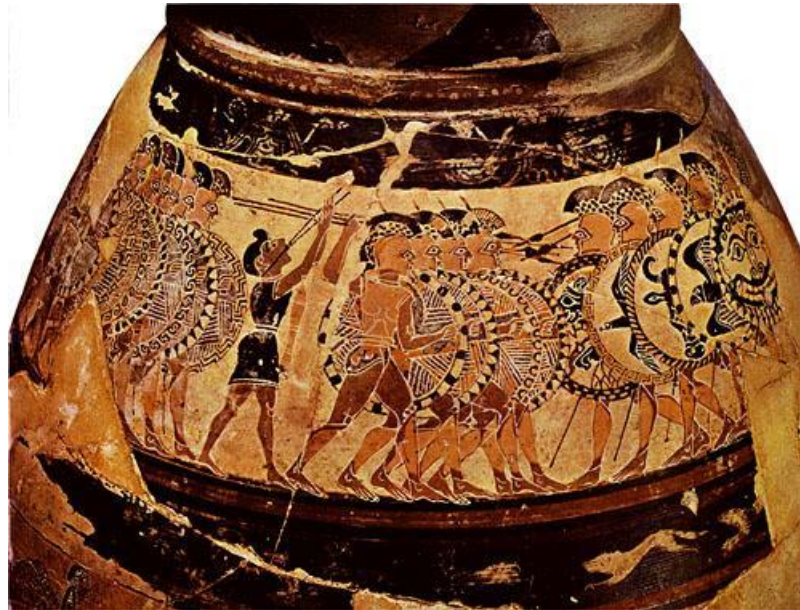


Figura 1: Roma. Museo Nazionale di Villa Giulia, antiga coleção de Chigi, 22679.

O *auleta*, o tocador de flauta, facilmente observável no vaso Chigi, nos dá o testemunho da importância do movimento ritmado no deslocamento das falanges hoplíticas, do qual se chegou a afirmar ser a encarnação da *sophrosyne* contra a *lyssa*, que se apossava do guerreiro homérico durante o combate⁷.

Neste friso do vaso, o artista buscou ressaltar o combate organizado entre duas falanges que parecem formar uma muralha, de ambos os lados, ao avançarem a um passo só, escudo contra escudo. Segundo Claude Mossé⁸, a *ólpe* de Chigi apresenta representação mais antiga de uma falange hoplítica, o que nos leva a pensar que foi efetivamente a partir do século VII a.C. que este sistema de combate se tornou o padrão na Grécia Arcaica.

Entretanto, em sua interpretação sobre as imagens desta mesma *ólpe*, Alexandre Carneiro Lima nos leva a problematizar esta conclusão de Mossé, uma vez que ao analisar as demais imagens que compõem a *ólpe* o autor conclui que este vaso situa-se na transição entre o combate aristocrático, e o combate hoplítico, uma vez que outros dois níveis pictográficos da *ólpe* representam no friso central *hippeis* e um carro de combate, e no friso inferior uma caça à lebre⁹.

Neste sentido, o Período Arcaico se configura como um período no qual se dá o confronto entre dois regimes de pensamento: o pensamento dominante no Período Homérico – ligado

⁷ C. Mossé, *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo*, Lisboa: Edições 70, 1984, pp. 142-3.

⁸ *Ibidem* pp. 141-2.

⁹ A.C. Lima, *Op. cit.*, 2001, p. 56.

ao que Marcel Detienne chamou de *palavra mágico-religiosa* –, e o pensamento que se tornou dominante no Período Clássico – o regime da *palavra-diálogo*¹⁰.

Ao mesmo tempo, dava-se o confronto entre a organização política dominada pela cidadania restrita aos aristocratas e outra organização que propunha uma expansão desta cidadania a outros grupos da sociedade; e, neste mesmo processo, o confronto entre o modo aristocrático de combate – cavalaria, combate singular –, e o modo cívico de combate – hoplitas, combate coletivo.

Após apresentarmos as diferenças entre os dois tipos de combates, cabe-nos observar como a historiografia lidou com a questão da “reforma hoplítica”, para, em seguida, analisar as relações entre cidadania e hoplítica na Grécia Arcaica.

III

Todo pesquisador, que tenha seu tema circunscrito ao surgimento da falange hoplítica na Grécia Arcaica, tem que lidar com duas interpretações historiográficas principais. De um lado, os defensores de uma introdução gradual desta forma de combate, a qual se produziu lentamente desde o século VIII a.C.; de outro, os pesquisadores que interpretaram a expansão da hoplítica, como um fenômeno revolucionário do século VII a.C., o qual estava diretamente relacionado a inovações tecnológicas.

Em resumo, a problemática com que os historiadores se debatem é saber se as inovações técnicas que resultaram na criação da panóplia hoplítica determinaram a utilização da falange, ou se este novo tipo de combate foi resultante das transformações que afetaram a sociedade grega no início da Época Arcaica.

Os pesquisadores que se alinham ao primeiro modelo, defendem que a introdução da falange hoplítica procedeu-se de forma gradual, estendendo-se por um período de média duração, durante o século VIII a.C. Para estes autores – dentre os quais Moses I. Finley¹¹ e Chester G. Starr¹² – o surgimento dos hoplitas não possui uma ligação intrínseca com o desenvolvimento técnico da panóplia.

Estes pesquisadores defendem que paralelo à disseminação dessa nova técnica de combate, teriam ocorrido mudanças sociais que possibilitaram o desenvolvimento da falange hoplítica, embora ambos os fenômenos – o novo tipo de armamento e a nova forma de combate – não tenham, necessariamente, uma relação direta.

¹⁰ M. Detienne, *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 45-55.

¹¹ M. Finley, *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

¹² C.G. Starr, *The Economic and Social Growth of Early Greece, 800-500 B.C.*, New York: Oxford University Press, 1977.

Os autores relacionados a este primeiro modelo datam a disseminação da falange por volta de meados do século VII a.C., utilizando, em geral informações da cultura material – como a *ólpe* de Chigi –, e textos literários para demonstrar que antes desta época inexistem indícios documentais que apresentem este tipo de combate.

Ao criticar esta linha historiográfica, Victor Hanson¹³ afirma que tais pesquisadores são muito cautelosos ao não admitir uma ligação intrínseca entre o novo modo de combate (hoplitas) e o novo tipo de armamento (panóplia). Para ele, a introdução da panóplia representou, por sua vez, uma resposta técnica para uma prática estabelecida, posição próxima a apresentada por José Roberto Ferreira¹⁴.

O segundo modelo historiográfico a que nos referimos analisa a falange hoplítica como um fenômeno que remonta ao início do século VII a.C., e que se estabeleceu como uma mudança repentina impulsionada pela inovação técnica, em especial o escudo de dupla empunhadura. A sua difusão foi responsável por grandes transformações na forma de combate, afetando profundamente a organização tática dos exércitos, cujos reflexos estenderam-se para o ambiente político e social das *póleis*.

Conforme apresenta Claude Mossé¹⁵, nenhum exemplar de escudo de dupla empunhadura anterior ao final do século VIII a.C. foi encontrado. Este tipo de escudo é a característica principal que diferencia o hoplita do guerreiro homérico.

A segunda empunhadura – a *antilabê* –, se junta à empunhadura central – o *porpax* – conferindo maior estabilidade ao escudo, e uma nova função na guerra, modificando o tipo de combate. Diferente da Época Homérica, na qual o guerreiro vencido abandonava o escudo, o hoplita continua de posse de seu escudo até o final, uma vez que além de garantir a sua defesa, ele também deve proteger seu companheiro de falange à esquerda, o qual, por sua vez, protege o outro companheiro à esquerda.

Victor Hanson¹⁶ criticando os defensores deste modelo – entre quais se encontra Anthony Snodgrass¹⁷ – analisa que estes autores inverteram os fatores do modelo anterior, posto que defendam que a adoção da falange hoplítica é uma consequência do desenvolvimento do escudo de dupla empunhadura.

Victor Hanson, por sua vez, defende que a adoção da panóplia é posterior ao desenvolvimento do combate corpo a corpo, sendo a nova tecnologia de guerra uma

¹³ V.D. Hanson, "Hoplite technology in phalanx battle", in: _____ (Ed.), *Hoplites – The classical Greek battle experience*, London and New York: Routledge, 1993, p. 65.

¹⁴ J.R. Ferreira, *Op. cit.*, p. 51.

¹⁵ C. Mossé, *Op. cit.*, p. 142.

¹⁶ V.D. Hanson, *Op. cit.*, p. 62.

¹⁷ A.M. Snodgrass, "The Hoplite Reform and History", *The Journal of Hellenic Studies* 85 (1965), 110-122.

consequência do novo modo de combate. Hanson chega inclusive a postular que a adoção deste tipo de combate remonta ao Período Homérico, colocando em dúvida a existência de uma "reforma hoplítica".

Com esta interpretação, Hanson propõe reavaliar um ponto fundamental dos dois modelos: a relação entre o novo tipo de combate e as transformações políticas e sociais que se processaram no Período Arcaico.

Esta posição, entretanto, não nos parece a mais factível, uma vez que os indícios indicam a adoção da falange hoplítica no Período Arcaico, não como um modo de guerra já comum no Período Homérico.

Neste sentido, devemos analisar como as transformações sociais e políticas – que levaram ao advento da cidadania políade – se relacionam às transformações na arte da guerra que se processaram no Período Arcaico

IV

Segundo Jean-Pierre Vernant, o surgimento da falange hoplítica – soldado armado, que combate em linha – foi um golpe decisivo nas prerrogativas militares da aristocracia *hippeis*. Embora o desenvolvimento desta reforma hoplítica tenha sido iniciado pelos próprios aristocratas – que introduziram partes da panóplia hoplítica.

Certamente, parece factível que este tipo de combate coletivo tenha começado a ser colocado em prática pelas aristocracias das cidades-Estado, uma vez que também é possível sublinharmos a manutenção de tradições aristocráticas no combate hoplítico – as regras do *ágon*, da disputa pela superioridade dos melhores, a ereção de troféus de guerra, entre outros – ainda presentes na Época Clássica.

Mesmo reconhecendo a manutenção de tais práticas aristocráticas, estas não são o bastante para explicar o surgimento da falange, e, aquilo que nos importa, a sua extensão pela integração de grupos que compõem o resto da população da *pólis*, o *dêmos*. Neste ponto, concordamos com Marcel Detienne¹⁸, para o qual a falange hoplítica apresenta uma homologia estrutural com a *pólis*, uma vez que nela:

“cada cidadão-soldado é concebido como uma unidade intercambiável, que permite a democratização da função guerreira e, solidariamente, a aquisição, por parte de um grupo de ‘escolhidos’, de um maior número de privilégios políticos até então reservados a uma aristocracia”.

¹⁸ M. Detienne, *Op. cit.*, p.53.

Por conseguinte, à medida que o modelo da *pólis* se constitui enquanto paradigma de organização política e social, a aristocracia guerreira renuncia às façanhas individuais em prol do combate coletivo. Aqui reside o ponto fundamental, assim como se assiste à homologia entre hoplita e cidadão, o aumento do número de guerreiros resulta no aumento do número de cidadãos.

Devemos esclarecer, não obstante, que o desenvolvimento e a adoção da falange hoplítica não gerou uma democratização do acesso à função guerreira, já que para ingressar na falange o soldado-cidadão deveria possuir meios para prover sua própria panóplia. Deste modo, como afirma Luciano Canfora¹⁹, a noção de soldado-cidadão identificou-se com a posse de riquezas, de fontes de proventos – em geral, a posse de terras – que garantissem ao cidadão a possibilidade de possuir armas.

Um lugar na falange garantia aos membros do *dêmos* uma função militar mais importante e, por sua vez, podiam levá-los a exigir uma participação efetiva no gerenciamento político da *pólis*. Neste novo regime de pensamento, os membros que compõem a *pólis*, por mais díspares que sejam em origem, grupo e função aparecem como “semelhantes” uns aos outros²⁰.

Desenvolve-se entre os cidadãos o sentimento que se encontram unidos pela *philia*, vínculo que vai se tornar, na cidade-Estado grega, a forma de relação recíproca, reversível, que substitui as relações hierárquicas de submissão e domínio – inexistentes entre os *ísoi*, os iguais.

A partir deste momento os *hómoioi* participaram do governo como parte intercambiáveis da engrenagem da *pólis*, cuja base legitimatória é o equilíbrio e a igualdade entre os cidadãos, a *isonomia*.

Novamente citando Detienne²¹:

“Semelhança, centralidade, ausência de dominação unívoca: três termos que o conceito de isonomia resume, três termos que designam a imagem de um mundo humano, no qual ‘aqueles que participam da vida pública, fazem-no na qualidade de iguais’. Na medida em que o ideal de isonomia se revela, desde sua aparição, solidário às representações de semelhança e centralidade, ele está virtualmente presente nas instituições e nos comportamentos característicos do grupo dos guerreiros”.

¹⁹ L. Canfora, “O cidadão”, in J.P. Vernant (Dir.), *O homem grego*, Lisboa: Presença, 1994, p. 109.

²⁰ J.P. Vernant, *Origens do pensamento...*, *Op. cit.*, p. 65.

²¹ M. Detienne, *Op. cit.*, p. 52.

Ou, como afirma Pierre Vidal-Naquet²², “a organização militar se confunde com a organização civil” e o hoplita é, antes de tudo, um cidadão-soldado.

Conforme podemos observar, a “reforma hoplítica” constitui um fator central para o entendimento das transformações estruturais pelas quais a sociedade grega passou no Período Arcaico (VIII-VI a.C.). A falange hoplítica, desenvolvida na cidade-Estado aristocrática, abriu caminho para a sociedade isonômica do Período Clássico (V-IV a.C.), uma passagem que não se deu de forma uniforme em toda a Grécia.

Nos lugares onde o campesinato livre possuía força, esta transformação ocorreu sem coerção por parte da elite. Já em outras partes da Grécia, onde a aristocracia possuía maior autoridade, o uso da coerção foi a regra.

Para estes dois cenários, Claude Mossé apresenta os seguintes desenvolvimentos: no caso do campesinato forte, há os legisladores – como Sólon, Clístenes, Licurgo... – cujos feitos eram lembrados ainda na Época Clássica. Por legisladores designam-se “todos aqueles que tinham sabido manter-se imparciais no confronto entre os *agathoi* (bons) e os *kakoi* (maus)”²³.

Já no segundo caso, aparecem os tiranos, “aqueles que derrubam a ordem social, cuja imagem tende a valorizar-se ao longo dos séculos para acabar por dar origem a um folclore cujos temas irão ser obstinadamente repetidos, formados por um espírito de emulação e rivalidade”²⁴.

Entretanto, se a exigência da *isonomia* adquiriu grande força no final da Época Arcaica, foi porque estava assentada numa tradição igualitária antiga, cuja origem encontrava-se na tradição igualitária da aristocracia dos *hippeis*. Como analisa Detienne²⁵, é nas assembleias guerreiras que pela primeira vez se afirma a participação no gerenciamento das questões da *pólis*. Nestas assembleias, a palavra se torna um bem comum, que só podia ser apropriado com a anuência dos demais membros, que, por sua vez, estavam em numa situação de igualdade e reciprocidade.

É neste ponto que Detienne inscreve a laicização da palavra, e neste ponto também podemos observar os primórdios do desenvolvimento da cidadania na Grécia Antiga. Neste contexto, o novo regime de pensamento se torna dominante, a palavra laicizada – a *palavra-diálogo* –

²² P. Vidal-Naquet, “La tradition de l’hoplite athénien”, in J.P. Vernant (Ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce Ancienne*, Paris: Éditions EHESS, 1985, p. 161.

²³ C. Mossé, *Op. cit.*, p.145.

²⁴ *Loc. cit.*

²⁵ M. Detienne, *Op. cit.*, p. 51.

“determina o advento de m mundo autônomo da palavra e de uma reflexão sobre a linguagem como instrumento”²⁶.

Simultaneamente, a junção da “gente do *dêmos*” com a “gente do *láos*”²⁷ implicou as mudanças sociais e políticas profundas que analisamos no decorrer do presente texto.

Citando mais uma vez Marcel Detienne²⁸, enquanto a “gente do *láos*” tirava proveito da guerra, a “gente do *dêmos*” ficava apenas com os problemas, havendo, pois, aí uma situação tanto mais insuportável para os segundos quanto é certo que a falange, composta por elementos intercambiáveis, veiculava necessariamente um ideal igualitário.

Assim sendo, esta reivindicação de igualdade que provinha das assembléias militares deve ter incidido primeiro sobre o espólio, depois sobre a terra conquistada e, por fim, sobre a terra cívica²⁹. O exemplo de Esparta, por um lado, e o de Atenas, por outro, dão uma ilustração clara a tal fato. Finalmente, igualdade e intermutabilidade implicavam também igual participação nas decisões comuns.

No decorrer do presente texto, buscamos analisar como o desenvolvimento da cidadania – a participação nos assuntos políticos da *pólis* – se desenvolveu progressivamente a partir da “reforma hoplítica”. Certamente, isto não significa que esta tenha sido a causa principal de tal transformação, a introdução da falange hoplítica faz parte de um fenômeno maior, encontra-se nas disputas entre dois regimes de pensamento – o pensamento aristocrático do Período Homérico e o pensamento democrático do Período Clássico.

Neste sentido, buscamos demonstrar que o Período Arcaico apresenta características de um momento de inflexão no qual pode se estabelecer o desenvolvimento das múltiplas formas de cidadania na Grécia, tal qual observamos no Período Clássico, e que a introdução da falange hoplítica possui um papel fundamental neste quadro de disputa entre estes dois regimes de pensamento.

BIBLIOGRAFIA

L. Canfora, “O cidadão”, in J.P. Vernant (Dir.), *O homem grego*, Lisboa: Presença, 1994, pp.103-129.

M. Detienne, *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

²⁶ M. Detienne, *Op. cit.*, p. 54.

²⁷ C. Mossé, *Op. cit.*, p. 144.

²⁸ M. Detienne, “La phalange, problèmes...”, *Op. cit.*, p. 141.

²⁹ C. Mossé, *Op. cit.*, p. 145.

M. Detienne, "La phalange, problèmes et controversies", in J.P. Vernant (Ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce Ancienne*, Paris: Éditions EHESS, 1985, pp. 119-142.

J.R. Ferreira, *A Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 2004.

M.I. Finley, *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

V.D. Hanson, "Hoplite technology in phalanx battle", in: _____ (Ed.), *Hoplites – The classical Greek battle experience*, London and New York: Routledge, 1993, pp. 63-84.

A.C. Lima, "Contatos entre coríntios e etruscos: uma leitura da *Ólpe* de Chigi", *Phoenix* 7 (2001), 49-59.

C. Mossé, *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo*, Lisboa: Edições 70, 1984.

A.M. Snodgrass, "The Hoplite Reform and History", *The Journal of Hellenic Studies* 85 (1965), 110-122.

C.G. Starr, *The Economic and Social Growth of Early Greece, 800-500 B.C.* New York: Oxford University Press, 1977.

J.P. Vernant, *As origens do pensamento grego*, 18ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

P. Vidal-Naquet, "La tradition de l'hoplite athénien", in: J.P. Vernant, (Ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, Paris: Éditions EHESS, 1985, pp. 161-181.